



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Processo administrativo n. 15852/2024

Ref.: Pregão Presencial n. 007/2024

À Comissão Permanente de Licitação (CPL),

A **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, vem, em atenção à impugnação interposta pela empresa PJC TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., CNPJ n. 16.932.825/0001-84, em face do edital de pregão presencial n. 007/2024, relativo à locação de equipamentos de tecnologia da informação para uso administrativo e pedagógico, com suporte técnico total concomitante, pelo Sistema do Registro de Preço.

A impugnante sustenta a ausência de previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA) e violação ao art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ainda que não se refiram a questões exclusivamente técnicas e vinculadas à atribuição/competência desta Secretaria, prestamos os esclarecimentos necessários a fim de assegurar a continuidade do certame, sem prejuízo da análise jurídica por parte da Procuradoria Geral do Município.

É o relatório.

No mérito, ao se analisar os fatos suscitados pela impugnação, entende-se que não merecem prosperar as alegações trazidas pela impugnante.

No que se refere à previsão no Plano de Contratações Anual, a exigência se refere aos procedimentos licitatórios conduzidos com base na Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021. Como a própria impugnante indica, a obrigação de previsão no PCA é fundada nos arts. 12 e 18 da Lei n. 14.133/2021. A partir de uma leitura superficial do edital, é possível constatar que o certame será conduzido com base nas disposições da Lei n. 8.666/1993, uma vez que o procedimento já se encontrava devidamente instruído em 28 de dezembro de 2023, havendo o gestor, à época, optado pela condução do certame na legislação anterior, conforme disposto pelo art. 191, da Lei n. 14.133/2021:

Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração **poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso**, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

“E D I T A L”	
Pregão Presencial n.º 07/2024 - SRP	
P R E Â M B U L O	
Processo n.º	25073/2023
Fundamento Legal:	Lei 8666-93 e suas alterações, Lei 12.846/13, Lei 10.520/02, Decreto Municipal n.º 270/02, Decreto Municipal 158/2018, Decreto Municipal 611/2020.
Finalidade:	Registro de preço para contratação de empresa especializada na locação de equipamentos de tecnologia da Informação para uso administrativo e pedagógico, com suporte técnico total concomitante.
Critério de Julgamento:	Menor Preço Por Lote
Execução:	Indireta
Data:	05/07/2024
Horário:	10h
Local de Realização:	Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro – Maricá/RJ.

Ou seja, ao optar pela realização do certame com fundamento na Lei n. 8.666/1993 e, como consequência, da execução contratual, o gestor é impedido de realizar a combinação de ambas as legislações, o que inclui o planejamento da contratação e sua inclusão no PCA.

No mais, ainda que a contratação se desse com fundamento da Lei n. 14.133/2021, o município de Maricá, por meio do Decreto Municipal n. 1.286, de 28 de novembro de 2023 alterou o disposto pelo art. 8º do Decreto Municipal n. 1.004, de 15 de fevereiro de 2023, indicando que a **elaboração e aprovação do Plano de Contratações Anual serão obrigatórias a partir do ano de 2024, referentes ao exercício de 2025.**

DECRETO Nº 1.286, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

ALTERA O ART. 8º, DO DECRETO 1.004/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 8º do Decreto 1.004/2023, que passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 8º A elaboração e a aprovação do Plano de Contratações Anual serão obrigatórias a partir do ano de 2024, referentes ao exercício de 2025”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 28 dias do mês de novembro de 2023.

Fabiano Taques Horta

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Em relação à observância ao disposto pelo art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a impugnante sustenta, **sem qualquer prova**, a inexistência de recursos financeiros para os exercícios futuros. Contudo, ao analisarmos o edital, é possível identificar as fontes de recursos, ou seja, as rubricas relativas à cobertura orçamentária-financeira da contratação:

07 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

07.1 A despesa com a presente aquisição correrá à conta do Programa de Trabalho n.º 45, 01, 10.122.0101, 10.301.0102, 10.302.0116, 2.530, 2.532, 2.548, 17, 19, 32, 16, 41, 29, 01, 12.361.0008, 12.365.0008, 12.122.0008, 04.122.0001, 2.425, 2.001, Natureza da Despesa 3.3.90.39, 3.3.90.40, Fonte 1501, 1573, 704.

Ainda que estejamos no período eleitoral, ou seja, inseridos nos dois últimos quadrimestres do mandato da atual gestão, a hipótese prevista pela norma do art. 42 somente é aplicável no caso de inexistência ou insuficiência de recursos. O mero início dos dois últimos quadrimestres não significa o esgotamento dos recursos que possam assegurar o cumprimento das obrigações orçamentárias assumidas, não havendo prova em contrário por parte da impugnante.

Desse modo, diante dos esclarecimentos prestados e por considerar a impugnação meramente protelatória, nos manifestamos pelo seu indeferimento e pelo prosseguimento do certame.

Maricá, 4 de julho de 2024.

Márcio Batalha Jardim
Secretário de Educação
Mat. n. 110.941